

**PÓS-EXTRATIVISMO E DECRESCIMENTO: FORMAS DE PENSAR A  
SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO**

**POST-EXTRACTIVISM AND DEGROWTH: WAYS OF THINKING  
OVERCOMING CAPITALISM**

**POST-EXTRACTIVISMO Y DECRECIMIENTO ECONOMICO: FORMAS DE  
PENSAR LA SUPERACIÓN DEL CAPITALISMO**

---

**GuilhermePereiraCocato<sup>1</sup>**

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" -Faculdade de  
Ciências e Tecnologia -Campus de Presidente Prudente, Brasil

---

---

## Resenha

ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

Como citar:

ACOSTA, A.; BRAND, U. Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018. Resenha de. COCATO, Guilherme Pereira. Pós-extrativismo e decrescimento: formas de pensar a superação do capitalismo. **Revista Geografia em Atos (Online)**, v.6, Ano 2022, p.1-7. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.8698>

**Recebido em:** 2021-05-22

**Devolvido para correções:** 2021-07-12

**Accito em:** 2022-04-04

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciência e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Brasil.  
E-mail: guilhermecocato@gmail.com  
Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-4462-8177>

A inevitável crise, social e natural, causada pelo capitalismo em escala global –dada a sua impossibilidade de conciliar crescimento e acumulação econômica constantes com bons níveis de qualidade ambiental para todos os seres vivos –nos leva a buscar por novos modos de existência e reprodução. É nesse sentido que Alberto Acosta e Ulrich Brand escrevem “Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista”, publicado no Brasil pela editora Elefante em 2018. Os autores partem de dois conceitos, formulados individualmente e em partes diferentes do planeta, para chamar a atenção à necessidade de pensarmos formas de superar os crescentes índices de exploração social e degradação ambiental, movidos pelo modo de produção capitalista. Alberto Acosta é um político e economista equatoriano, participo da fundação do Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo e do partido Alianza País, que auxiliou na eleição de Rafael Correa no Equador.

Também foi ministro de Energia e Minas e presidente da Assembleia Constituinte do Equador. Interessa-se pelas discussões sobre alternativas civilizatórias para uma transição a outro modelo de sociedade, menos pautada pela esfera econômica e mais interessada no respeito à vida. Ulrich Brand é um cientista político alemão que atualmente trabalha na Universidade de Viena, na Áustria. Estuda globalização, hegemonias imperiais e ecologia política a partir de uma perspectiva de busca tanto pela justiça ecológica quanto pela justiça social. Adentrando na difícil tarefa de pensar alternativas ao capitalismo, como bem coloca Maristella Svampa no prefácio da obra, os autores colocam em debate as formulações teóricas de decrescimento e pós-extrativismo, dois conceitos contemporâneos de origem contestatória ao modelo socioeconômico vigente e multidimensionais em suas proposições.

Partem de um posicionamento crítico sobre o capitalismo, considerado como causador não somente de crises econômicas e culturais, mas também de uma “crise socioecológica de proporções civilizatórias” (p. 9). Assim, defendem que vivemos sob um modelo que prega a acumulação infinita e desigual em um ambiente física e ecologicamente limitado. Por si só, é um modo de vida insustentável e erigido sobre uma racionalidade artificial e distanciada da realidade. Resumidamente, o decrescimento nasceu na Europa, em meios mais acadêmicos, enquanto o pós-extrativismo é latino-americano e surgiu das lutas contra as explorações extrativistas.

São perspectivas com objetivos semelhantes, mas que ainda não se sintonizaram. Dessa forma, um dos objetivos do livro é demonstrar os benefícios de um debate conjunto entre elas, unindo proposições emancipatórias de Norte e Sul global contra o paradigma capitalista. Apresentam-se perguntas fundamentais: se o modelo societário atual é injusto e degradante, como alcançar uma vida digna aos seres humanos? Em todas as suas esferas de vida? O capitalismo não consegue garantir essa dignidade a todos e todas, o que causa descontentamentos cada vez mais generalizados e, conseqüentemente, um aumento do autoritarismo como ilusão de escape aos oprimidos e como forma de o próprio sistema se preservar.

Contribuem para esse cenário as medidas socioeconômicas neoliberais que se espalham por grande parte dos países do mundo, inclusive nos países latino-americanos que viveram uma “onda progressista” em seus governos nas primeiras décadas do século XXI. Tais governos, entretanto, impuseram as mesmas medidas neoliberais e contribuíram para a perpetuação da desigualdade social e para o aumento da degradação ambiental através do extrativismo. Nos momentos de crise capitalista e de exacerbação das condições de exploração, social e natural, tomam força as discussões sobre possíveis alternativas ao modo de produção vigente. Seria esse momento contemporâneo de crise crítica o suficiente para que se movam as forças de transformação da realidade? Evidentemente que tais forças de mudança não podem se mover “sozinhas”. Mesmo diante de uma crise civilizatória, como é caracterizado o momento atual pelos autores, não serão os aparatos estatais – rígidos, burocráticos e sem imaginação (LEFEBVRE, 1972) – e nem as grandes organizações transnacionais de cunho eminentemente econômico como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial que farão a roda da história girar em favor dos explorados e da elevação destes na hierarquia social.

É preciso imaginar novas realidades, mas sem perder de vista as condições materiais que fornecem a base para quaisquer ações que sejam não somente desejáveis, mas possíveis em cada instante. Decrescimento e pós-extrativismo são conceitos que buscam mobilizar as formas de mudanças possíveis no mundo hodierno, propondo como cerne a reelaboração das relações entre sociedade e natureza. É de conhecimento geral no debate científico que ambas as esferas, social e natural, estão em crescente estado de mercantilização, extração

de mais-valor e acumulação monetária, em um período atual do capitalismo comumente denominado de neoliberalismo.

Tornaram-se cada vez mais frequentes ajustes estruturais econômicos e intensa desregulamentação do controle do Estado e outras instituições sobre procedimentos e transações financeiras nacionais e internacionais (DARDOY e LAVAL, 2016). Somado a esses elementos, princípios de crescimento econômico infinito e práticas extrativistas extenuantes se perpetuam há séculos. Nas Américas, as práticas extrativistas de exploração se originaram com a colonização, transferindo imensas quantidades de elementos naturais que se tornaram matérias-primas indispensáveis para o processo produtivo e para a circulação do capital nos países europeus.

Como Galeano (2012) afirmou, a riqueza natural das terras tropicais significou a sua condenação. Estas práticas foram se modificando ao longo do tempo, mas sem nunca perder a essência. Tornaram-se “neoextrativistas”, a partir da valorização das commodities impulsionada pelo crescimento econômico de países como a China e a Índia no século XXI (SVAMPA, 2019). Tais commodities são tanto de origem mineral e petrolífera quanto de extensas paisagens agropecuárias ou coletas de espécimes biodiversificados.

Até hoje, permanece o mesmo fluxo de elementos naturais, tornados mercadorias, da periferia capitalista latino-americana para o centro do sistema nos chamados países desenvolvidos. Já não é um movimento marcado pelo colonialismo, mas sim por práticas imperialistas impostas pelo modo de vida sob o capitalismo, subjugando os povos de países inteiros enquanto limita suas respectivas economias aos papéis de meros exportadores primários em um sistema que valoriza as “vantagens comparativas” de cada território como se essas fossem provenientes de dádivas divinas, não passíveis de transformação e evolução. Essas relações socioeconômicas e de poder entre os antigos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centrais e periféricos, hoje do Norte e Sul globais são amplamente tratadas por Acosta e Brand (2018).

Como parte delas, o extrativismo é parte fundamental do modo de produção capitalista, que não pode sobreviver sem a exploração, a retirada e o transporte de tais elementos, tornados mercadorias, afim de suprir o padrão consumista cada vez mais elevado de produtos industriais e manufaturados. Diante desse cenário, quais as saídas possíveis para o extrativismo? Acosta e Brand (2018) apontam que não é o aprofundamento da

dependência das economias nacionais latino-americanas nas práticas extrativistas e muito menos a sua erradicação imediata que trarão os resultados desejados.

É preciso uma estratégia pautada nas condições históricas e matérias disponíveis para uma transição sólida. Então, é almejada uma etapa de pós-extrativismo, que critica a exploração de recursos naturais que é tomada como prioridade para o desenvolvimento (apenas) econômico de uma sociedade. Questionam-se as definições de crescimento nacional e progresso, como noções que são repassadas a partir de uma posição de poder dos antigos países colonialistas, que ainda hoje exercem uma dominação cultural e subjetiva sobre o restante do planeta. É preciso, também, descolonizar o imaginário –como resumem Lang, Dilger e Pereira Filho (2016) –, se o que queremos é a superação de um modo de vida excludente, contraditório e autoritário.

Entre tantas possibilidades, a cosmovisão do Bem Viver ganha relevância nos países andinos (ACOSTA, 2016), mas que ainda carece de certo fortalecimento político para que ultrapasse as barreiras do preconceito e ridicularização que sofrem os povos indígenas e tradicionais que levantam essa bandeira. É uma maneira de pensar abrangente, envolvendo os âmbitos social e natural como partes de uma mesma estrutura complexa e potencializadora da vida e da existência. Ao ser colocado em prática, o Bem Viver traz um destaque especial ao território, conceito caro à Geografia. Os grupos sociais passam para um estado ativo de oposição à concentração de terras, à exploração de minas, construções de barragens, envenenamento de águas etc., visando demonstrar que formas alternativas de desenvolvimento humano são possíveis.

No contexto europeu, aonde se fortalece a ideia de decrescimento, é justamente o princípio de crescimento econômico acelerado e eterno que tem causado os maiores problemas. Após um longo período de aumento na qualidade de vida da população, expansão do consumo e do capital financeiro, os países europeus vêm experimentando crescentes ajustes neoliberais e desregulações econômicas e trabalhistas, ao mesmo tempo em que a antiga estrutura do Estado de bem-estar social desaparece. Nesse sentido, o conceito de decrescimento questiona a equivalência predominante entre crescimento econômico constante e desenvolvimento.

Na verdade, existem diversas formas de crescimento, sendo a forma capitalista a mais injusta e menos eficiente delas. Acosta e Brand (2018) lembram que ainda no

século XIX, economistas liberais como John Stuart Mill (1806-1873) apregoavam que a sociedade ideal não seria aquela que busca o crescimento por si próprio, mas aquela em que ninguém é alienado de sua própria dignidade por níveis ultrajantes de pobreza e ninguém necessita de mais posses materiais do que já possui.

Lembremos o mantra “De cada qual, segundo sua capacidade, a cada qual, segundo suas necessidades” usado pelos socialistas utópicos, anarquistas e também por Marx (2012, p. 33). Pelo contrário, a forma como a economia vem sendo trabalhada no último século e meio prioriza o uso de recursos e a invenção de novas necessidades de consumo como se não houvessem limitações físicas ou impactos gerados. São questões trabalhadas pela economia ecológica e pela economia política, com destaque para as tentativas desses autores em derrubar aparente e artificial dicotomia entre sociedade e natureza (SOUZA, 2019), chamando atenção assim para o uso conjunto que a humanidade faz dos elementos naturais, resultando no ambiente em que vivemos.

Acosta e Brand (2018) reafirmam a urgência de seguirmos pelo caminho de contestação e elucidação teórico-prática das relações sociedade-natureza. Teórico porque exige uma nova formulação epistemológica sobre qual tipo de racionalidade queremos atingir, com quais objetivos e justificativas. Prático porque clama pela superação do imobilismo político que cerca as problemáticas ambientais, apesar dos altos níveis de degradação e dos evidentes interesses contrários a esse movimento de transformação. Dois dos maiores empecilhos para essa transformação são, atualmente, o crescimento econômico desenfreado e o extrativismo que o sustenta. Um com foco no Norte, outro no Sul. Mas cada vez mais interligados e entrelaçados. Assim, o decrescimento econômico no Norte deve ser discutido em conjunto com o avanço para uma situação pós-extrativista no Sul. Separadamente, descontextualizados do modo de produção capitalista em sua totalidade, são fatores que não podem resolvidos.

São metas ousadas que, encaradas sobre o pano de fundo da geopolítica atual, não parecem muito próximas de serem alcançadas. No entanto, exemplos de resistência começam a surgir, como as mobilizações de movimentos sociais, comunidades tradicionais e organizações diversas contra grandes obras de intervenção e exploração ambiental, pelo acesso à terra e à cidade, assim como contra as desigualdades socioeconômicas

crecentes. Iniciativas pipocam em países centrais e periféricos, mesmo que ainda desarticulados.

Deve-se tomar cuidado para a noção de decrescimento não se transforme em uma exigência forçada goela abaixo de nações periféricas, que ainda não atingiram níveis aceitáveis e dignos de qualidade de vida para suas populações. Da mesma maneira, o pós-extratativismo deve vir acompanhado de propostas e diretrizes econômicas que diversifiquem a base produtiva dos países primário-exportadores e eleve a qualificação educacional, técnica e científica de seus trabalhadores e trabalhadoras. Porém, algumas necessidades precisam ser encaradas com seriedade: Compensações devem ser feitas por Estados e empresas responsáveis pela degradação ambiental em seus diferentes níveis. Novos caminhos devem ser pensados coletivamente pelos habitantes desse planeta. O paradigma moderno de desenvolvimento, baseado na acumulação econômica, deve ser superado, assim como o modo de produção capitalista que coloca o lucro acima da vida. Como parte dessas tarefas, a obra “Pós-extratativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista” é uma importante iniciativa.

### Referências

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.
- ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extratativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- LANG, M.; DILGER, G.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016.
- LEFEBVRE, H. **Contra los tecnocratas**. Buenos Aires: Granica, 1972.
- MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro eco territorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.